LABATE, Beatriz Caiuby, JUNGABERLE, Henrik (eds.). *The Internationalization of Ayahuasca*. Berlin, Münster, Wien, Zürich: LIT Verlag, 2011. 446 pp.

Antonio Rafael Barbosa
Universidade Federal Fluminense

O livro que ora apresento ao leitor é resultado de uma conferência internacional realizada na Universidade de Heidelberg, em maio de 2008, organizada pelo Departamento de Psicologia Médica e com o suporte do Centro de Pesquisa em “Dinâmicas Rituais”. Uma das principais características de tal conferência e que marca a composição e a organização dos artigos apresentados no volume, é a busca pela interlocução entre diversos campos do saber, justapondo abordagens que privilegiam os aspectos legais, biomédicos, políticos e culturais das práticas associadas ao uso da ayahuasca. A preocupação com este horizonte interdisciplinar reflete, por sua vez, as principais controvérsias que marcam o debate público sobre as políticas de drogas em diversos contextos nacionais. Assunto que Charles Kaplan aponta com toda pertinência, na apresentação do livro, ao propor a seguinte indagação: “Could ayahuasca, like opium a century earlier, play de pivotal role in the formulation of an international drug policy that is fitting of the current century?” (p. 18). Entretanto, tal questionamento, que pode parecer superlativo ou provocatório para aqueles que não vêm acompanhando a notável expansão dos usos da ayahuasca (sua “internacionalização”, como consta no título do volume), só se torna relevante se considerarmos quais são os desafios epistemológicos, éticos e políticos que as práticas de uso ritual ou terapêutico da ayahuasca levantam em várias frentes. De maneira esquemática, podemos apontar

alguns deles: 1. a problematização aguda da maneira como o “dispositivo droga” funciona entre nós (com seus mecanismos de proibição e, simultaneamente, incitação ao uso de substâncias psicoativas lícitas ou ilícitas; com seus dois polos de captura – “medicalização” e “criminalização” – presentes no “modelo repressivo dual” que marca as atuais legislações nacionais sobre drogas); 2. o exame do consenso moral que toma a droga como um “mal a ser combatido” e as maneiras pelas quais suas premissas valorativas se articulam com enunciados “científicos” extraídos de diversos campos disciplinares; 3. a crítica – a partir do contraste com abordagens de tratamento ditas “holistas” ou “naturalistas” – dos modelos biomédicos tradicionais que costumam acompanhar, muitas vezes de forma questionável, as invenções (e, por que não dizer, os interesses) das indústrias farmacêuticas; 4. as inflexões trazidas pelas igrejas que fazem uso de substâncias “enteógenas” nos processos de reivindicação e legitimação de identidades religiosas; assim como a proliferação de uma série de pequenos agrupamentos que põe em questão o fenômeno religioso ao buscar novos modelos de organização, prática ritual, ação terapêutica, cosmologia e produção artística (por vezes fazendo confluir elementos bastante heterogêneos entre si). Em resumo, estes são apenas alguns dos problemas, dentre outros, que informam e articulam, como pano de fundo, as reflexões presentes nesta coletânea.

O livro está dividido em três seções. A primeira delas, intitulada “Ayahuasca na América do Sul e no Mundo” tem como característica a reunião de artigos que, de uma maneira ou de outra, restituem alguns dos processos históricos de expansão e criação de convenções culturais em torno das práticas de uso da ayahuasca: da Amazônia peruana (como no instigante artigo de Bernd Brabec de Mori, que propõe uma etnohistória com base em pesquisas da etnomusicologia), passando pela reflexão sobre os desafios teóricos e metodológicos, no âmbito dos estudos da religião, trazidos pela proliferação rizomática de pequenos grupos que

fazem uso da ayahuasca e se constituem na forma de redes relacionais flexíveis (como no caso holandês, analisado por Wouter Hanegraaff), e tocando o “ayahuasca-turism”, a ação dos “white shamans” e o mercado das “plantas xamânicas” (de Jonathan Ott). Chama ainda a atenção, neste primeiro bloco de artigos, a apresentação das “origens históricas do Santo Daime”, por Labate e Pacheco. É a adaptação de um artigo publicado em 2005, que neste volume funciona como uma boa introdução ao estudo das “igrejas daministas” e, principalmente, apresenta de forma sintética parte da literatura produzida sobre o tema desde os primeiros estudos feitos por pesquisadores brasileiros. Além disso, tal artigo também possui um papel significativo para fora da economia interna da obra. Ele possibilita a articulação deste volume com uma série de publicações que o antecedem e que permitem hoje reconhecer o estabelecimento de uma linha sólida de investigação e a continuidade de um projeto editorial que deita suas raízes em coletâneas tais como “O uso ritual da ayahuasca”, de 2004 (editado por Labate e Sena Araujo), e que hoje busca o acréscimo de interlocução por meio da publicação de livros como *Ayahuasca Religions: A Comprehensive Bibliography and Critical Essays*, de 2009. Ainda sobre a primeira seção, duas ressalvas devem ser feitas: o artigo sobre os usos tradicionais dos “nove vegetais” me parece deslocado, podendo ter sido inserido na parte dois do livro; e as chamadas “reflexões sobre a expansão global da ayahuasca”, tema este que deveria coroar a seção, pouco escapa de um relato de cunho autobiográfico (sem desmerecer a importância deste relato). A seção é finalizada com a breve, mas potente, reflexão de Oscar Calavia Sáez a partir do material da etnologia sul-americana de que faz uso.

A segunda seção do livro apresenta maior consistência entre as intervenções ali reunidas. Seu objetivo é claro e está enunciado no próprio título da seção: do ponto de vista médico, psicológico e farmacêutico, o quanto é seguro o uso da ayahuasca? Lembremos que tal conferência foi

realizada no âmbito de um departamento de psicologia médica e que tal debate ganha toda a pertinência em fóruns como esse. Mas é importante não perder de vista que colocar semelhante problema é tomar posição no campo de lutas em torno da legitimidade do uso da ayahuasca e, conseqüentemente, intervir no debate sobre o chamado “paradigma médico-jurídico” (o acoplamento entre o discurso médico e o discurso jurídico que está no fundamento das políticas governamentais sobre drogas). Resumidamente, podemos dizer que do saber médico são demandadas as seguintes respostas: sobre o que é a droga (no caso brasileiro, a lei de drogas prevê a existência de uma “norma penal em branco” – quem deve dizer o que é ou não droga são instituições da área médica); sobre os efeitos que a droga produz; sobre as motivações para o uso; sobre as estratégias de tratamento (alvo posto no indivíduo); sobre as políticas sanitárias adequadas ao enfrentamento do “problema das drogas” em suas diversas manifestações (alvo posto na população). Nitidamente, os artigos aqui reunidos têm algo a dizer sobre alguns desses pontos. Ainda é a categoria “risco”, tão presente nas controvérsias médicas sobre o uso de drogas, que está sendo acionada quando indagamos sobre a “segurança” do uso da ayahuasca (e não poderia ser diferente, considerando os constrangimentos morais que orientam tais discursos no campo médico). Mas – e este é o ponto principal – ao indagar sobre os efeitos da ayahuasca *dentro* das práticas de uso em contextos rituais ou terapêuticos, rompe-se com a dicotomia entre “fármacos” e “drogas”. A ayahuasca escapa destas classificações e relativiza suas fronteiras. Não é um produto da indústria farmacêutica, não é uma droga que produza dependência ou cujo consumo, em tais contextos, comporte riscos à saúde mental, ou mesmo que deve estar sujeita ao controle penal. Ao contrário, como “substância enteógena” pode ser um potente aliado no tratamento de algumas dependências (um item presente nos diversos benefícios potenciais apontados nessa seção).

Assim, de maneira resumida, a segunda seção comporta os seguintes artigos: um estudo clínico realizado com um grupo de voluntários buscando avaliar os efeitos fisiológicos e subjetivos gerados pela administração da ayahuasca (“Pharmacology of Ayahuasca” de Jordi Riba e Manel Barbanoj, pesquisadores do Centro de Investigación de Medicamentos del Hospital Sant Pau, Barcelona); uma revisão da literatura sobre a administração de alucinógenos em geral e sobre a ayahuasca em particular, do ponto de vista da psicofarmacologia, ressaltando em sua conclusão os cuidados a serem tomados durante a administração: “supportive environment as an essential context for an ayahuasca experience”, (Ede Frecska, p. 165); um estudo longitudinal realizado num intervalo de oito meses com membros da comunidade Céu do Mapiá, que participam dos rituais do Santo Daime durante no mínimo quinze anos, buscando aferir os efeitos a longo prazo resultantes do uso crônico da ayahuasca (o segundo estudo, realizado na cidade de Rio Branco com usuários e não usuários da ayahuasca se encontrava em fase de análise e não foi desenvolvido no artigo); um relato sobre as observações e resultados obtidos pelo programa Sistema de Monitoramento Psiquiátrico em Usuários do Chá Hoasca nos seus primeiros treze anos de existência (tal sistema é implementado pelo Departamento Médico-Científico do Centro Espírita Beneficente União do Vegetal). Chamo ainda a atenção para três intervenções que ganham relevo no conjunto dos trabalhos apresentados nesta seção. Em primeiro lugar, a entrevista realizada pelos editores (com a participação de Brian Anderson) com Jacques Mabit, cofundador do Centro Takiwasi, em Tarapoto (Peru), que desde 1992 vem utilizando a ayahuasca, junto com outras formas tradicionais da medicina amazônica, para tratamento da dependência química (recebendo pessoas de diversas partes do globo). Em segundo lugar, o artigo de Janine Tatjana Schmid, que aponta a centralidade da categoria de “cura” (“healing”) nas teorias nativas (considerando a polissemia que tal termo invoca: cura

como um processo de crescimento espiritual; conhecimento da verdade; amadurecimento pessoal; resolução de problemas ou desaparecimento de doenças etc.). E por fim, a história de Chico, contada pelo “padrinho” Alex Polari de Alverga, que nos leva diretamente para o centro da teoria nativa compartilhada pelos membros do ICEFLU (conhecida pela antiga sigla CEFLURIS), em clara articulação com as discussões que marcam as abordagens acadêmicas produzidas por diversos especialistas no assunto (especialmente na conclusão).

A terceira seção do livro comporta doze artigos. Do meu ponto de vista, é a parte mais significativa do volume. Justamente porque faculta (de forma inédita, ao que me parece) a reunião de trabalhos que descrevem e problematizam os processos de regulação e legalização do uso da ayahuasca em diversos contextos nacionais. E isto vem ao encontro da principal preocupação que deu origem à conferência e, conseqüentemente, à composição da coletânea: que os debates e as reflexões possam dar conta do consumo de uma substância que ultrapassa os limites amazônicos, atinge os centros urbanos e neles se espalha, cruza as fronteiras latino-americanas, e alcança Europa, América do Norte e Ásia. Trabalhos que possam dar conta do peculiar processo de expansão (poderíamos dizer globalização?) de uma substância que, concebida em sua origem como híbrida (afinal, só podemos supor a enorme potência da “ciência do concreto” que esteve envolvida na criação do chá através do cruzamento de espécies vegetais), tem o hibridismo e a reinvenção das práticas de uso como sua marca (é o que informa o contraste – e a tensão – entre usos “tradicionais” pelas igrejas e as inovações trazidas pelos movimentos “neo-ayahuasqueiros” ou, em termos amplos, pela assim chamada “espiritualidade individualista pós-moderna” [p. 266]).

Deste modo, os casos examinados dizem respeito aos seguintes contextos: brasileiro, norte-americano, canadense, holandês, alemão,

francês, espanhol e italiano. Escapa aos propósitos desta apresentação o comentário pormenorizado sobre tais artigos, em razão da complexidade dos assuntos envolvidos e da riqueza de detalhes presente em tais relatos. Apenas gostaria de chamar a atenção para os seguintes pontos: o protagonismo das igrejas União do Vegetal e Santo Daime (ICEFLU) nessas ações de reconhecimento da situação legal do uso da ayahuasca; o exercício comparativo que esses processos de regulação nos possibilitam (o que é feito por Luciana Boiteux com muita propriedade em seu artigo, ao contrastar o caso brasileiro, que ela analisa, com o caso norte-americano); os desafios hoje trazidos para o debate sobre legalização da ayahuasca com o acréscimo do protagonismo de novas formas de exercício da espiritualidade fora das expressões tradicionais de culto.

Encerro esta apresentação com alguns breves comentários. O primeiro deles diz respeito à composição do volume. São 28 artigos distribuídos pelas seções que indiquei acima, escritos pelos participantes da conferência e por colaboradores adicionais. Isto resulta em um desenvolvimento maior de algumas intervenções em relação a outras, mas nada que prejudique a leitura ou o equilíbrio da obra. Deve ainda ser elogiado o cuidado dos editores em apresentar um pequeno resumo biográfico dos autores no fim do livro (o que nos permite conhecer a importância dos trabalhos que vêm desenvolvendo em seus campos particulares de atuação). Entretanto, considerando a extensão da coletânea, sente-se a falta de um pequeno resumo introdutório para cada um dos artigos (isto facilitaria a vida do leitor em buscar aquilo que especificamente é do seu interesse). Por fim, considero que este volume atinge plenamente o que se propõe: criar um “contínuo de possibilidades híbridas” por meio da reunião de várias perspectivas (como os editores assinalam no prefácio: “Like the expansion of ayahuasca itself, the edition includes voices from the North and South, from urban and rural

areas, from scientific and spiritual perspectives”). Ele está destinado a ser um livro de referência para os que se interessam pelo tema, em razão da contribuição significativa que traz para os debates sobre os usos da ayahuasca e sobre as políticas públicas sobre drogas de maneira geral.